

Chega ao plenário a primeira proposta da reforma política

Projeto do senador Sérgio Machado proíbe coligações nas eleições proporcionais e recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas enfrenta resistência dos pequenos partidos



Plenário deve apreciar amanhã o primeiro item da reforma política, que proíbe coligações nas eleições de deputados e vereadores

Debatida no Senado desde o final de 1998, a reforma política chega ao plenário amanhã. Os senadores apreciarão projeto de autoria do senador Sérgio Machado, com parecer favorável da Comissão de Justiça, que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais, admitindo-as somente para as majoritárias. Os pequenos partidos resistem à alteração.

PÁGINA 3



Ex-presidentes do BC depõem nesta semana

PÁGINA 3

CCJ DISCUTE AMPLIAÇÃO DE PODERES DE CPIs

PÁGINA 3

CRE OUVI LAMPREIA SOBRE O MERCOSUL

PÁGINA 2



Comissão de Assuntos Econômicos também deve apreciar amanhã pedido do governo do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro Estadual

Projeto fixa prazo para restituição do IR

Em sua reunião de amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos aprecia projeto do senador Pedro Simon que fixa prazo máximo de 60 dias, a partir da entrega da declaração, para a devolução do Imposto de Renda aos contribuintes pessoas físicas.

PÁGINA 2

Prazo para restituição de IR em pauta na CAE

Comissão analisará ainda proposta de compensação de perdas dos estados com Fundef

A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia amanhã, a partir das 10 horas, projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo máximo de 60 dias, após a entrega da declaração, para restituição do Imposto de Renda descontado na fonte. O projeto, um dos sete que estão em pauta, tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), nos termos de substitutivo já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A CAE também discute parecer do Banco Central sobre pedido do governo do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro Estadual. Os recursos seriam destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre. O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável.

Os senadores também votam projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-

RO) que permite aos pequenos produtores rurais obter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas. Outro projeto de lei, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concede incentivos fiscais a empresas que fizerem doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para carentes. A matéria tem parecer contrário do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Projeto de resolução do senador Edison Lobão (PFL-MA), que também será examinado pela CAE prevê a concessão, excepcionalmente, de autorização aos estados para a contratação de operação de crédito junto ao governo federal, destinada a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.



Pedro Simon quer devolução rápida de imposto retido

Lampreia fala à CRE sobre dificuldades do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se amanhã e quarta-feira, a partir das 17h30 e 10h30, respectivamente, para sabatinar diplomatas indicados pelo presidente da República e para ouvir palestra da ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre as atuais dificuldades enfrentadas pelo Mercosul e a situação da Colômbia.

Na terça-feira, a CRE votará requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a realização de audiências públicas com os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e das Rela-

ções Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, o padre Paolino Baldrassi e o comandante do Exército, General Gleuber Vieira. O tema da palestra será o risco de internacionalização da Amazônia sob vários aspectos, como a devastação ambiental e a capacidade do Brasil de defender a região.

Ainda na terça serão sabatinados Pedro Paulo Pinto Assunção, indicado para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Panamá, e Sérgio de Queiroz Duarte, indicado para assumir, cumulativamente, as embaixadas da Croácia e da Eslováquia.



Tião Viana propõe debate sobre Amazônia



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLS nº 178/99, altera a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais; *PDL nº 110/97, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brusque (SC); *PDL nº 137/98, aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Porto Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre (RS); *PDL nº 45/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América; *PDL nº 46/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre os governos do Brasil e de Cuba; e *Requerimento nº 410/99, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 154 e 208, de 1999, por versarem sobre câmaras intersindicais de conciliação.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 39/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guararema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José (SC); *PDL nº 91/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó (SC); e *PR nº 64/99, autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), no montante de US\$ 11 milhões.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão, em 2º turno, da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102, e 105 da Constituição Federal, de modo a ajustar a Carta à criação do Ministério da Defesa; substitutivo do Senado ao *PLC nº 3/99, que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio; e *Requerimento nº 422/99, do senador Jefferson Pêres, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 17 e 26, de 1999, por versarem sobre a criação de Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Ofício nº 23/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/157, de 1999, contendo a manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFRJ), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; *PLS nº 255/97, que fixa o prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontados na fonte; *PLS nº 325/99, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais; *PLS nº 266/99, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes; *PLS nº 12/99, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição para a gestão do Banco de Brasília (BRB); *Projeto de Resolução nº 79/99, que concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei 9.424/96, nos termos da Medida Provisória 1.861-15, de 1999, e suas posteriores reedições; e *PLS nº 414/99, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 8.387/91. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

17h - CPI do Judiciário

Oitiva: Juiz Aluizio Rodrigues (TRT-PB). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 140/99, submete à apreciação do Senado a escolha de Pedro Paulo Pinto Assunção para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Panamá; *Mensagem nº 76/99, submete à apreciação do Senado a escolha de Sérgio de Queiroz Duarte para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Croácia e Eslováquia; *PDL nº 148/98, aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 43/99, aprova o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul; *PDL nº 134/99, aprova a adesão do Brasil ao texto do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique, as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portuguesa e as Repúblicas Democráticas de São Tomé e Príncipe no Domínio do Desporto; e *Requerimento s/nº/99, do senador Tião Viana, solicitando sejam realizadas audiências públicas sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?" *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Quarta-feira

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 60/95, que institui a Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço aos empregados em geral; *Diversos nº 68/96, comunica que o Tribunal de Contas da União, ao acolher o relatório, voto e decisão contidos no processo TC - 0001.058/95-9, decidiu propor ao Congresso Nacional a alteração das Leis nºs 6.435/77 e 8.020/90; *PLS nº 15/99, que altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; *PLS nº 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; *PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; e *PLS nº 283/99, que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 180/99, altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revogando o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PEC nº 10/99, dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro/98; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição Federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo ao artigo 28 e ao art. 29 da Constituição Federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; e *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

10h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Reunião com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre as dificuldades atuais no Mercosul e a situação da Colômbia. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Tempestade (Hard Rain)*, de Mikael Salomon

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão questiona ex-presidentes do BC sobre efeitos do Proer

A CPI dos Bancos ouvirá amanhã Gustavo Loyola, presidente do Banco Central à época em que foi executado o Proer, programa de reestruturação do sistema financeiro. A CPI quer saber por que o sistema bancário brasileiro continuava frágil no primeiro trimestre deste ano, apesar dos gastos de R\$ 20 bilhões do Banco Central com o Proer.

Na quinta-feira, os senadores tomarão o depoimento de Gustavo Franco, que sucedeu Loyola na presidência do BC. Além de questionar os dois sobre o Proer, os senadores querem ouvir suas opiniões sobre a atuação do Banco Central no mercado futuro de dólares, através da Bolsa de Mercadorias & Futuros. A CPI deve fazer uma série de



propostas sobre a atuação do BC no mercado e sobre a sua fiscalização.

Hoje, os senadores votam ainda uma sugestão para que os trabalhos da CPI sejam prorrogados. O relator, senador João Alberto (PMDB-MA), quer mais tempo para terminar o documento final da comissão de inquérito, cujos trabalhos deveriam se encerrar dia 12 de setembro.

Os senadores decidirão ainda se marcarão nova data para o depoimento do ex-controlador do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto, que deveria ter falado à CPI na sexta-feira, mas pediu adiamento por problemas de saúde.

Calmon desmente doações ilegais para candidatos

O ex-presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, desmentiu em depoimento à CPI do Sistema Financeiro, na quinta-feira passada, que tenha feito contribuições eleitorais ilegais para candidatos baianos nas eleições de 1990, entre eles Antonio Carlos Magalhães, que se elegeu à época governador da Bahia.

Após a intervenção do Banco Central no Econômico, foi encontrada uma pasta no banco com notas fiscais, tratada pela imprensa como "pasta rosa". As investigações feitas, conforme Calmon de Sá, não identificaram nenhuma contribuição ilegal para candidatos.

Calmon explicou que, naquele ano, o

banco fez apenas quatro doações, no valor total de aproximadamente US\$ 15 mil, a quatro candidatos ex-funcionários do Econômico. O empresário lembrou que o Supremo Tribunal Federal confirmou a inexistência de crime político no caso da "pasta rosa".

O ex-banqueiro acrescentou que a polícia investigou se havia crime de sonegação fiscal ou de falsidade ideológica e rastreou todos os cheques que teriam sido usados no pagamento das notas, pois se suspeitava que os cheques teriam beneficiado ex-diretores do Econômico. "Não encontraram nada", afirmou.

Senado vota fim das coligações partidárias

Ao examinar a matéria, na sessão de amanhã, o plenário estará apreciando pela primeira vez uma das propostas de reforma política

A semana no Senado começa com a discussão de temas importantes, como projeto de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais, mas mantém a possibilidade de coligação para as eleições majoritárias, que está na pauta da sessão deliberativa de amanhã.

Será a primeira vez que o plenário examinará uma das propostas de reforma política, tema que vem sendo discutido desde o final do ano passado pelos senadores. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça com o voto contrário dos pequenos partidos.

Na mesma sessão, os senadores analisam o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os governos do

Brasil e dos Estados Unidos.

O projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), no montante de US\$ 11,3 milhões, será discutido, em turno único, na quarta-feira.

Na quinta-feira, o plenário examina substitutivo do Senado a projeto de lei da Câmara que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio.

Ainda na quinta, tem início a discussão em segundo turno da proposta de emenda de iniciativa do governo que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa.



Sérgio Machado é o autor do projeto que proíbe as coligações nas eleições proporcionais

CCJ analisa emenda que aumenta poderes das CPIs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne quarta-feira, às 10h, com uma pauta de nove itens, entre eles proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que adiciona aos poderes das comissões parlamentares de inquérito a possibilidade de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados. Relator da proposta, o senador Amir Lando (PMDB-RO) é favorável à iniciativa, na forma de um substitutivo.

Seis dos itens a serem examinados pela CCJ se referem à reforma político-partidária. Consta da pauta proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) estabelecendo que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão de governador ou prefeito ocorrerá imediatamente após a ausência, impedimento ou vacância do titular.

Ademir Andrade argumenta que a não indicação expressa, no texto constitucional, de quando deve ocorrer a transmissão do cargo favorece crises institucionais, por exemplo, quando o titular se nega a transmiti-lo. Ele também aponta as desavenças paroquianas que levam chefes de Executivo a transmitirem seus cargos para auxiliares administrativos, que não receberam um único voto para exercer a governança. A iniciativa de Ademir Andrade tem parecer favorável do relator Amir Lando.

NÚMERO DE CANDIDATOS

Outro projeto que aguarda votação, este do senador José Agripino (PFL-RN), veda aos partidos que não



Jefferson quer garantir às CPIs o poder de quebrar o sigilo das pessoas por elas investigadas

tenham caráter nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão. Relator da matéria, Edison Lobão (PFL-MA) tem parecer favorável, com emendas de redação.

Também está na pauta projeto de Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é o relator da matéria e tem parecer favorável, com emenda aditiva.

A CCJ deve examinar ainda projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos casos de governador e presidente da República. Relator da iniciativa, Jefferson Péres (PDT-AM) tem parecer pela sua aprovação, nos termos de um substitutivo.

SUS poderá realizar plásticas para quem sofreu mutilações

A obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidente de trabalho é o que estabelece projeto de lei a ser apreciado na quarta-feira, a partir da 9h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). O projeto é de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Na justificativa do projeto, Gilvam Borges lembra que o Senado aprovou, recentemente, proposta que obriga a realização de cirurgia reparadora da mama para as mulheres que sofreram mastectomia e, agora, pretende estender o benefício a todos os portadores de mutilações.

A CAS também apreciará projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura estabilidade no emprego aos aidéticos e aos portadores do vírus HIV até a data de afastamento previdenciário. De acordo com a matéria, o empregado portador do HIV "não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstâncias de força maior, devidamente comprovadas".

Na pauta de nove itens constam também a proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença, e o projeto do senador Gilvam Borges que cria o Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais.



Gilvam quer estender vantagens para outros mutilados



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Tênis
7h30 - Especial Unip - Impotência sexual - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Jornal do Senado
8h25 - Senado em Pauta
8h30 - Entrevista - O senador Ney Suassuna fala sobre a conjuntura econômica atual
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cidadania - O senador Artur da Távola fala sobre os 20 anos de anistia
9h30 - Especial sobre o Descobrimento do Brasil
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - Sergipe
12h - Cores do Brasil - Pernambuco
12h30 - Entrevista - Senador Ney Suassuna
13h - Cores do Brasil - Bahia
13h30 - Cidadania - Senador Artur da Távola
14h - Cores do Brasil - Pirenópolis
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
19h30 - Cidadania - Senador Artur da Távola

20h - Cores do Brasil - Paraíba
20h30 - Entrevista - Senador Ney Suassuna
21h - Jornal do Senado
21h25 - Senado em Pauta
21h30 - Cidadania - Senador Artur da Távola
22h - Cores do Brasil - Sergipe
22h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária (reprise)
Em seguida - Música e Informação

Tebet diz que governo não mostra sensibilidade social

Para o senador, equipe econômica parece viver “numa redoma de vidro”, alheia aos apelos dos políticos e da sociedade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou na sexta-feira em discurso no plenário o que chamou de “falta de sensibilidade do governo para tratar dos problemas sociais do país” e acusou a equipe econômica de viver “numa redoma de vidro”, sem escutar o apelo dos políticos e da sociedade. Tebet reclamou da situação vivida pelos agricultores endividados e condenou também a falta de soluções para os problemas das áreas de educação e saúde:

— Não é possível continuar assistindo ao governo deixar as coisas acontecerem sem fazer nada para evitá-las, querendo ignorar os problemas de maneira pomposa e triunfalista, como se as coisas que estão acontecendo fossem normais, quando vemos aqui em Brasília



Tebet: país vive uma grave crise social e econômica

lia tratores e caminhões com agricultores querendo ser ouvidos. O governo federal está completamente equivocado na maneira de conduzir os problemas sociais do país.

Para Tebet, há uma grave crise social e econômica, mas o governo não ouve apelos sociais da classe política e está sempre solicitando ao Congresso a aprovação de matérias e a compreensão para que possa cumprir os compromissos internacionais assumidos. Ele questionou as condições estabelecidas para o país pagar suas contas e cumprir compromissos junto ao Fundo Monetário Internacional, sacrificando setores como a educação, a saúde e a agricultura.

Ao exaltar o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o senador disse que, quan-

do Juscelino enfrentou o dilema entre o FMI e o povo, escolheu o povo:

— Por isso que ele até hoje é lembrado como um dos maiores, senão o maior presidente do país — observou.

Tebet criticou o presidente Fernando Henrique por considerar a maioria dos agricultores “caloteira” e de ameaçar com o veto qualquer projeto aprovado pelo Congresso que beneficie o setor.

Ao elogiar a cultura e o preparo de Fernando Henrique, o senador concluiu que o problema é que ele está muito vinculado ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e por isso não consegue mais ditar os rumos que a economia deve ter.

Em apertado, Emilia Fernandes (PDT-RS) pediu maior sensibilidade do governo para o problema da agricultura. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que há um estudo da Fundação Getúlio Vargas apontando erros nos cálculos dos empréstimos feitos aos agricultores.

Lúdio defende parcelamento das dívidas até R\$ 500 mil

O governo deveria negociar com os agricultores em dificuldades, parcelando suas dívidas até o valor de R\$ 500 mil e examinando os demais casos individualmente. O apelo foi feito na sexta-feira pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), durante discurso no plenário. O senador manifestou sua preocupação com o problema vivido pelos agricultores, que vieram em marcha de protesto até Brasília, e pediu mais sensibilidade por parte do governo.

— Se não encontrarmos uma solução viável para esse problema, vamos acentuar a transferência de mais agricultores para as cidades e outras pessoas, despreparadas, vão assumir a agricultura — alertou.

Nos países europeus e nos Estados Unidos, segundo Lúdio Coelho, os governos concedem subsídios à agricultura, infraestrutura para o escoamento da produção, financiamentos viáveis e menos encargos. Já no Brasil, observou, “quem trabalha na agricultura é um herói, pois o país não possui quase ferrovias nem infraestrutura nas rodovias e pratica os juros mais violentos do mundo”.

O senador não acredita que, entre os agricultores que protestam contra o governo, haja casos de desvios de financiamento. Ele afirmou que essas operações são feitas por instituições como o Banco



Lúdio criticou imprensa por chamar ruralistas de “caloteiros”

do Brasil, BNDES e Banco do Nordeste, “que têm estrutura competente para evitar desvios de financiamento”.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a questão dos agricultores é “emblemática e mostra como o governo é triunfalista”. O governo, acrescentou, comemorou há um tempo o novo recorde da safra agrícola, “mas ignorou que esse recorde estava sendo conseguido em cima de produtores quase falidos”.

A solução, destacou o senador do Amazonas, não é simplesmente o perdão da dívida dos agricultores. Na opinião de Jefferson Péres, entretanto, não se pode tratá-los como caloteiros:

— É preciso buscar um consenso, separar o joio do trigo e dar tratamento justo para o problema — disse.

Para Lúdio Coelho, a grande imprensa trata os ruralistas “como se a maioria fosse desonesta”. E o governo, acrescentou, fortaleceu a ideia de que somente na agropecuária não podem haver grandes proprietários. “Não se pode ser grande proprietário, pois esse é logo considerado caloteiro”, criticou Lúdio.

Leomar Quintanilha (PPB-TO) também aparteu para dizer que muitos dos sem-terra assentados no campo não têm qualquer aptidão para a agricultura.

Mozarildo destaca importância da Maçonaria

O Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto, foi lembrado, em discurso na sexta-feira, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele afirmou que todo o processo de construção da nacionalidade brasileira teve na Maçonaria um de seus esteios fundamentais e que dos quadros da sociedade saíram lideranças que estiveram sempre à frente de episódios históricos de grande significado:

— Impossível compreender a História do Brasil, identificando-lhe os momentos mais expressivos, sem levar em consideração o papel que nela sempre desempenhou a sociedade maçônica — afirmou Mozarildo.

Para o senador, a Maçonaria envolveu-se por inteiro no processo histórico, como na Independência, no fim da escravidão e na proclamação da República. Grandes nomes de nossa História, como dom Pedro I, Rui Barbosa e Deodoro da Fonseca, foram oriundos da Maçonaria, sempre defendendo a liberdade.



Mozarildo lembrou vultos da História

Emilia teme mudanças nas regras da aposentadoria

A proposta do governo de regulamentação das modificações realizadas no regime de aposentadoria do setor privado é uma “tentativa maquiavélica de impor a idade mínima para aposentadoria — de 60 anos para os homens e 55 para mulheres” — opinou a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), em discurso feito na sexta-feira, lembrando que a ideia já foi derrotada três vezes na Câmara dos Deputados:

— Antes de beneficiar quem se aposentar mais tarde, a proposta corta o direito adquirido de aposentadoria aos 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e aos 30 anos, no caso das mulheres. Ao requerer a aposentadoria dentro desses tempos mínimos de contribuição, o valor pago pelo INSS sofrerá uma redução que poderá chegar, em determinadas situações, até cerca de 45% no salário a que o trabalhador tiver direito ao se aposentar.

De acordo com Emilia, a regra prevê que, para garantir o valor integral a que tem direito aos 30 ou 35 anos de contribuição, o homem ou a mulher precisará trabalhar mais tempo. A senadora referia-se especificamente à criação, prevista no projeto do Executivo, do chamado “fator previdenciário”, que, aplicado sobre o benefício básico, definirá o valor final das aposentadorias. Esse fator será calculado a partir da idade do trabalhador ao se

aposentar, do seu tempo de contribuição e de sua expectativa de “sobrevida”:

— De acordo com essa fórmula mirabolante, a idade e o tempo de serviço fazem o fator crescer, enquanto a maior expectativa de “sobrevida” faz esse índice cair.

A senadora destacou ainda que o projeto apresentado pelo governo elimina o uso da média dos últimos 36 meses de contribuição para efeito de cálculo dos benefícios e passa a utilizar uma média das contribuições a partir de julho de 1994, mês de implantação do Plano Real, o que acarretará perdas para os trabalhadores.



Emilia acha que projeto pode mudar as regras atuais

Segundo Emilia, as mudanças feitas na Constituição federal já haviam cortado uma série de direitos dos trabalhadores, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço:

— Esperava-se que a regulamentação viesse definir mais claramente as regras do jogo, dentro dos limites impostos pelas alterações anteriores, aprovadas pelo Congresso. Mas a política de estímulo para quem retardar a aposentadoria não passa

de uma grande enganção — disse.

A senadora alertou também que, mantido o cálculo do governo, as mulheres serão prejudicadas, porque, na prática, acaba o direito, vigente no Brasil desde 1923, de a mulher aposentar-se cinco anos antes e com os mesmos benefícios que os homens. A senadora afirmou que essa diferenciação não é privilégio, e sim “justiça”, devido às condições de trabalho a que as mulheres geralmente são submetidas, com dupla jornada e outras sobrecargas diárias.

Juiz do TRT da Paraíba depõe amanhã na CPI

A CPI do Judiciário ouvirá amanhã, a partir das 17h, o juiz Aluizio Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. O próprio juiz encaminhou carta à CPI solicitando sua convocação para se defender das acusações de que teria cometido atos irregulares na época em que foi vice-presidente do TRT-PB.

O primeiro a denunciar na CPI irregularidades cometidas por Aluizio Rodrigues foi o técnico judiciário do TRT-PB, Antônio de Pádua Pereira Leite. Ele disse que o juiz, ao ocupar o cargo de vice-presidente do tribunal, se apropriou de US\$ 100 mil referentes ao pagamento de inscrições para um congresso de Direito Internacional do Trabalho.

Antônio de Pádua afirmou ainda que Aluizio Rodrigues estaria envolvido na compra de passagens aéreas para países da América do Sul e da Europa e para os Estados Unidos com

dinheiro público.

Já o superintendente da Polícia Federal da Paraíba, Antônio Flávio Toscano Moura, contou aos integrantes da CPI do Judiciário que foi apurada a prática de corrupção, nepotismo e malversação de verbas públicas no TRT-PB, envolvendo o então presidente do tribunal, Tarcísio de Miranda Montes, e os juizes Severino Marcondes Meira (que presidiu o TRT em agosto de 1995), Aluizio Rodrigues e Paulo Montenegro Pires, além de vários parentes destes, empregados na instituição.

Outro depoente, o ex-presidente do TRT-PB Vicente Vanderlei, garantiu à CPI que durante o período em que presidiu o tribunal não constatou nenhuma inverdade nas denúncias feitas pelo funcionário Antônio de Pádua Pereira Leite. Ele confirmou a descoberta de má utilização de suprimentos e de fundos destinados aos gabinetes.